



Projeto de Lei nº 3064, de 6 de agosto de 2025.

PROTÓCOLO Nº 0290

Em 06 / 08 / 2025

ALTERA OS ARTIGOS 82, 83 E 84, DA LEI MUNICIPAL Nº 265, de 21 DE DEZEMBRO DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Altera o Art. 82, da Lei Municipal nº 265, de 21 de dezembro de 1990, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 82 - A gratificação natalina, também denominado de 13º (décimo terceiro) salário, será pago em duas parcelas anuais aos Servidores Municipais. Sendo a primeira parcela no mês de seu aniversário (70 % do valor) e corresponderá ao vencimento base mensal da data do recebimento.

§ 1º. A fração igual ou superior a quinze dias de exercício será computada como mês integral.

§ 2. No mês de dezembro será paga até o dia 20 a segunda parcela que corresponderá a diferença entre o valor percebido como remuneração e a subtração da parcela já adiantada

Art. 2º Altera o Art. 83, da Lei Municipal nº 265, de 21 de dezembro de 1990, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 83 - A gratificação natalina também denominada de 13º (décimo terceiro) salário, será paga aos Servidores Efetivos e em estágio



probatório. Celetistas estáveis. Cargos em extinção. Efetivos detentores de função gratificada, e do Magistério efetivos e estáveis, em duas parcelas anuais, sendo a primeira no mês de aniversário do servidor e a segunda no mês de dezembro de cada ano

Parágrafo Único Para os Cargos em Comissão para os Contratados e para os Inativos e Pensionistas, a Gratificação Natalina, será paga em duas (02) parcelas Anuais, sendo a primeira até 30 de junho e a segunda até 20 de dezembro de cada ano, na proporção de metade do vencimento

Art. 3º Altera o Art. 84, da Lei Municipal nº 265, de 21 de dezembro de 1990, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 84 O Servidor exonerado e que ainda não tenha percebido sua gratificação natalina, receberá a mesma proporcional aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração total do mês de exoneração.

Parágrafo Único Para aquele Servidor que já tiver percebido integralmente a sua gratificação natalina e que for exonerado antes do final do exercício anual, será compensado o valor percebido a maior com as outras verbas rescisórias.

Art. 4º Para cobertura das despesas decorrentes desta lei, serão utilizados recursos das dotações orçamentárias apropriadas a estas despesas dos órgãos onde estiverem lotados os servidores.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado ainda, caso necessário, a alterar as Leis Municipais que dispõe sobre o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025 em seus anexos, no que couber.





Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA DE SALTO DO JACUÍ**

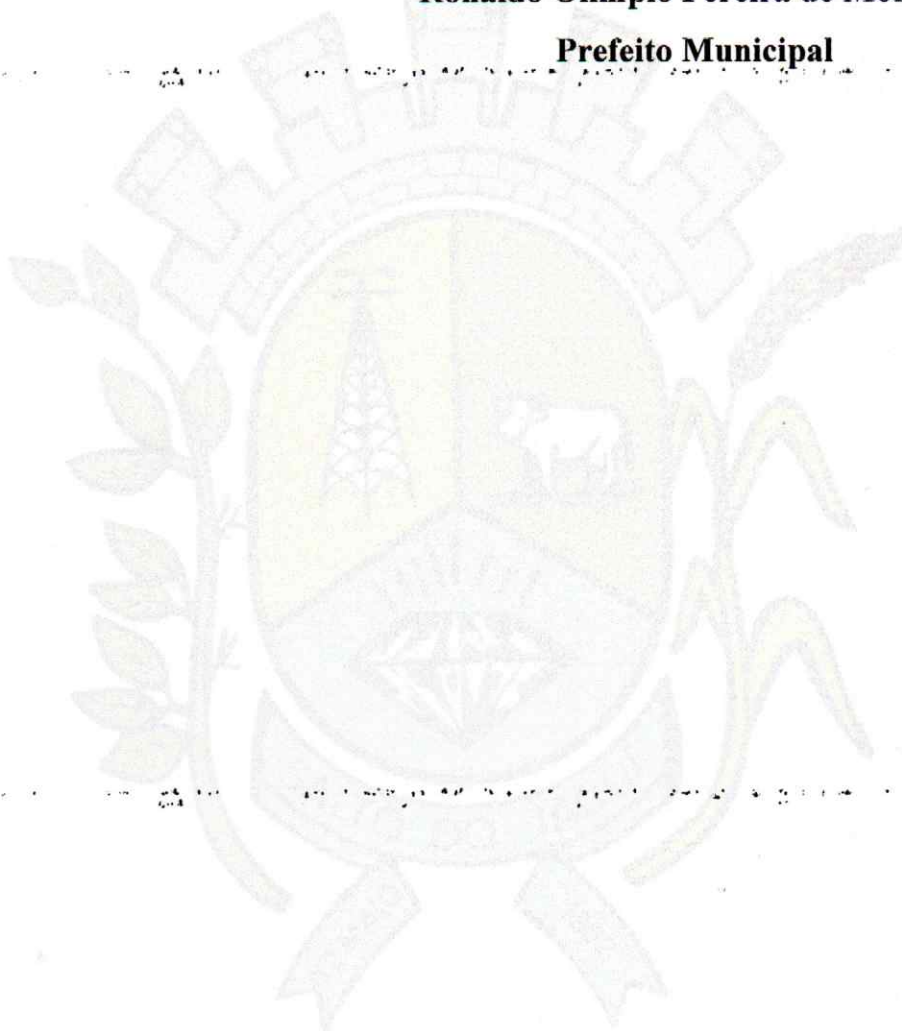
**CAPITAL GAÚCHA DA ENERGIA ELÉTRICA**

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Jacuí, 6 de Agosto de 2025.

**Ronaldo Olímpio Pereira de Moraes**

**Prefeito Municipal**





**JUSTIFICATIVA**

**Senhora Presidente**

**Nobres Vereadores**

O Projeto de Lei nº 3064/2025, que ora estamos encaminhando para apreciação e aprovação por parte desta Colenda Câmara de Vereadores, autoriza este Executivo Municipal a alterar a Lei Municipal Nº 265, de 21 de dezembro de 1990.

As razões que motivam a propositura do presente referem-se, pontualmente, acerca do regramento para o pagamento da gratificação natalina aos servidores do Executivo Municipal:

Colocamo-nos ao dispor dos Nobres Edis para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, ao mesmo tempo em que renovamos os nossos cumprimentos.

Assim, solicitamos a abertura de processo legislativo e aprovação do presente Projeto de Lei.

Salto do Jacuí, 6 de Agosto de 2025.

  
**Ronaldo Olímpio Pereira de Moraes**

**Prefeito Municipal**